



**MUNICÍPIO DE CASTRO VERDE
CÂMARA MUNICIPAL**

**EDITAL
(nº 87/2017)**

Publicidade das decisões da Câmara Municipal, em conformidade com o disposto no nº. 1 do artigo 56º. da Lei nº.75/2013, de 12 de Setembro.

António José Rosa de Brito, Presidente da Câmara Municipal de Castro Verde, torna público que na reunião desta Autarquia, realizada no dia 23 de Outubro corrente, foram proferidas as seguintes deliberações, destinadas a terem eficácia externa:

- **Reuniões ordinárias da Câmara Municipal - Regimento, periodicidade e calendarização (Proposta nº.1-P/2017)**

Considerando a experiência decorrente de mandatos anteriores e nos termos do disposto no número 1 do Artigo 40º do anexo I à Lei nº 75/13, de 12 de Setembro:

1. Adotar como documento regulador do funcionamento das reuniões da Câmara Municipal, o regimento aprovado pelo anterior executivo, sem prejuízo do mesmo poder vir a ser revisto por posterior deliberação deste executivo;
 2. Que, nos termos do disposto no número 1 do Artigo 40º do anexo I à Lei 75/2013, de 12 de Setembro, conjugado com o sentido do disposto no número 3 do Artigo 2º do Regimento da Câmara Municipal da Castro Verde, as reuniões ordinárias da Câmara Municipal se efetuam quinzenalmente, **às quintas-feiras, sendo pública a primeira de cada mês, às 21:00 horas no período de Inverno e às 21:30 horas no período de Verão e as restantes às 10,30 horas.**
- **Fixação do número de Vereadores em regime de tempo inteiro. (Proposta nº.2-P/2017)**

Nos termos do disposto no número 2 do Artigo 58º da Lei nº Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, fixar *mais um lugar de vereador a tempo inteiro*, para além daquele fixado no número 1 do referido Artigo, com efeitos retroativos à data de 17 de Outubro corrente."

- **Delegação de competências da Câmara no Presidente da Câmara (Proposta nº.3/2017).**

Tendo em atenção que o Decreto-Lei nº 310/2002, de 18 de Dezembro, transferiu para as câmaras municipais, a competência do licenciamento de diversas atividades anteriormente cometidas aos governos civis, nomeadamente o licenciamento do exercício de:

- a) Realização de acampamentos ocasionais; (cf. artº 18º/1)

- b) Realização de espetáculos de natureza desportiva (Provas desportivas, cf. artº 29º/1);
 - c) Realização de fogueiras tradicionais (Natal e Santos Populares, cf. artº 39º);
- a competência ao nível da delegação ou subdelegação destas matérias é da Câmara Municipal, segundo o que dispõe o artº 3º. do invocado regime.

Assim, porque seria um transtorno de todo, cada vez que aqui é solicitada uma licença para a realização de qualquer das referidas atividades, uma vez que o deferimento da mesma poderá ficar até 15 dias à espera da decisão do órgão competente, para além de ser pouco eficaz o pedido, ao nível da celeridade que este processo obriga, delegou tais competências, com a possibilidade de subdelegação das mesmas no Senhor Vereador do Pelouro, no que se refere à referida atividade."

- **Obras a executar por administração direta da Autarquia (Proposta nº.4-P/2017).**

Nos termos do disposto no n.º 2 do Artigo 18.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de Junho, republicada no Decreto-Lei n.º.18/08, de 29 de Janeiro, quer seja enviada à Assembleia Municipal, para deliberação e aprovação desta, o pedido de autorização para que o valor limite para lançamento de obras pela autarquia em regime de Administração Direta seja de € 750.000,00 (150.361.500\$00).

Paços do Município de Castro Verde, 24 de Outubro de 2017.

O Presidente da Câmara,



-António José Rosa de Brito -